

3

O Vidigal no contexto das favelas do Rio de Janeiro

Para compreendermos melhor a mudança pela qual a escola passou, acreditamos ser necessário contextualizar a favela na qual a escola está inserida. Nessa perspectiva, é importante reconstruir brevemente a história das favelas do Rio de Janeiro, para entendermos como este fenômeno urbano nasceu e se desenvolveu até os dias de hoje. Num segundo momento, será apresentada a história do Vidigal.

3.1

A gênese das favelas do Rio de Janeiro

Para reconstruir a história das favelas é necessário voltar-se para a virada do século XIX para o XX na cidade do Rio de Janeiro, capital federal da recém-proclamada República. Esse período esteve marcado por duas mudanças institucionais importantes: a proclamação da República e a abolição da escravidão, mudanças que causariam grandes transformações no país, tanto demográficas quanto sociais.

Segundo Garcez Marins (2006), *tumulto* e *desordem* foram os substantivos mais empregados para definir a dinâmica das capitais republicanas no Brasil. As elites emergentes reservaram para si a responsabilidade de salvar o país do “atraso” atribuído ao passado colonial e imperial, que é “*visível na aparente confusão dos espaços urbanos, povoados de ruas populosas e barulhentas, de habitações superlotadas, de epidemias que se alastravam com rapidez pelos bairros, assolando continuamente as grandes capitais litorâneas*” (p. 132-133). Diversos viajantes que passaram pelo Rio de Janeiro nessa época registraram o horror e a insalubridade da cidade. As palavras de ordem eram: modernizar, higienizar, civilizar; era preciso reformar e modernizar a cidade.

Para sanar as doenças que rapidamente se transformavam em epidemias, devido à imundície das ruas e à lotação das casas sem a mínima infra-estrutura, foi dada prioridade ao combate às habitações populares, consideradas os principais focos da expansão das epidemias pela cidade. Para Marins,

“a ambição de arrancar do seio da capital as habitações e moradores indesejados pelas elites dirigentes começou a se materializar com as medidas visando a demolição dos numerosos cortiços e estalagens, espalhados por todas as freguesias centrais do Rio de Janeiro, o que se processou sob a legitimação conferida pelo sanitarismo” (MARINS, 2006:141).

Licia Valladares (2000), no artigo *A gênese da favela carioca*, no qual procura resgatar a história social das favelas a partir de diferentes representações construídas por diversos atores sociais, chama a atenção para o fato de diversos estudiosos do tema¹ concordarem que houve uma relação direta entre o “bota-abaixo”² do centro da cidade e a ocupação ilegal dos morros no final do século XIX e início do XX.

Em 1893, deu-se a demolição do maior cortiço do Rio de Janeiro, o “Cabeça de Porco”³. Durante sua rápida destruição, feita numa madrugada, o prefeito Barata Ribeiro autorizou a retirada de madeiras e restos da estalagem pelos moradores, que aproveitaram para construir os primeiros barracos do Morro da Providência. “A miséria e os miseráveis que haviam perdido suas habitações na derrubada violenta do cortiço tinham à disposição o morro contíguo – as madeiras da demolição que a própria prefeitura lhes permitia recolher” (MARINS, 2006:141). Alguns autores⁴ afirmam que, nesse momento, já existiam barracos disseminados no morro de Santo Antônio.

Alguns anos depois, em 1897, chegaram ao Rio de Janeiro os veteranos que lutaram na Guerra de Canudos e se instalaram no Morro da Providência, a fim de pressionar o Ministério da Guerra para que pagasse o que lhes fora prometido. E esse morro passa a se chamar Morro da Favela. Existem duas explicações para o nome,

¹ Benchimol, 1992; Rocha, 1986; Carvalho, 1986; Vaz, 1986; Chalhoub, 1996; Marnis, 1998.

² Nome dado às reformas empreendidas por Pereira Passos no centro da cidade: foram destruídos os cortiços, as estalagens, enfim, os lugares onde os pobres, por falta de opção, moravam.

³ “O Cabeça de porco” era um vasto cortiço situado próximo à estação da Estrada de Ferro Central do Brasil. As informações sobre o Cabeça de Porco são contraditórias, alguns autores chegam a afirmar que teria sido habitado por 4.000 pessoas. Boa parte de sua fama deveu-se a sua resistência às investidas infrutíferas realizadas, durante o Império, para eliminá-lo.

⁴ Valladares (2000); Marins (2006).

ambas relacionadas a Canudos. A primeira seria uma alusão ao morro do sertão baiano de onde a artilharia legalista bombardeava o reduto daqueles jagunços místicos⁵; e a outra seria devido às plantas com favas, comuns tanto no Morro da Providência quanto em Belo Monte⁶, que tinha o nome de Favela. Valladares, retomando a pesquisa feita por Abreu (1994), conta que:

“apenas na segunda década do século XX é que a imprensa passa a utilizar a palavra favela de modo substantivo e não mais em referência exclusiva ao Morro da Favela, surgindo assim uma nova categoria para designar as aglomerações pobres, de ocupação ilegal e irregular, geralmente localizada nas encostas” (VALLDARES, 2000:4).

Alba Zaluar e Marcos Alvito (2003) demonstram que a primeira menção à palavra favela aparece numa carta de um delegado de polícia em novembro de 1900, “*como um duplo problema: sanitário e policial*” (ZALUAR & ALVITO, 2003:9). Os autores enfatizam que a favela “*já começou a ser percebida como um problema praticamente no momento em que surge, muito embora a despeito dessa clara oposição a sua presença na cidade tenha continuado a crescer sem interrupção*” (*Idem:10*).

Em 1905, a revista *Renascença* publica o artigo Onde moram os pobres, escrito pelo engenheiro Everardo Backheuser, que afirmava que, embora na favela houvesse apenas 100 barracos, já gerava preocupação ao prefeito Pereira Passos. No ano seguinte, o ministro da Justiça e Negócios Interiores, dr. J.J. Seabra, chama Backheuser para fazer parte de uma comissão que daria pareceres sobre as condições habitacionais dos pobres, ficando responsável pelo aspecto “técnico-sanitário”. Em seu relatório final, publicado pela Imprensa Nacional no mesmo ano, ele examina cortiços, casas de cômodo, hospedarias etc. E também a favela, descrevendo-a assim:

“O Morro da Favela é íngreme e escarpado; as suas encostas em ribanceiras marchetam-se, porém, de pequenos casebres sem hygiene, sem luz, sem nada. Imagine-me, de fato, casas (!) tão altas como um homem, de chão batido, tendo para paredes trançados de ripas, tomadas as malhas com porções de barro a sopapo, latas de kerosene abertas e juxtapondo-se taboas de caixões; tendo para telhado essa mesma mixtura de matérias presos à ossatura da cobertura por blocos de pedras de modo a que os ventos não as descubram; divisões internas mal acabadas, como que paradas a meio com o propósito único de subdividir o solo para auferir proventos maiores. É isso pállida idea

⁵ Brasil Gerson, 2000

⁶ Marins, 2006

do que sejam estas furnas onde, o mais completo desprendimento por comesinhas noções de asseio, se allia uma falta de água, quasi absoluta, mesmo para beber e cozinhar” (VALLADARES *apud* Backheuser, 1906:111).

Além de descrever o aspecto físico, ele descreve também a população que ali vive. Chama a atenção para o grau de pobreza existente e, ao mesmo tempo, observa que a maioria de seus moradores era de trabalhadores, pois até então todas as vezes que se falava dos moradores do Morro da Favela ou de outros morros, que neste momento também já haviam sido ocupados, eram descritos como desordeiros, capoeiristas, malandros.

“Para alli vão os mais pobres, os mais necessitados, aqueles que, pagando duramente alguns palmos de terreno, adquirem o direito da escavar as encostas do morro e fincar os quatro pilares do seu palacete. [...] Alli não moram apenas os desordeiros e os facínoras como a legenda (que já tem a Favella) espalhou; alli moram também operários laboriosos que a falata ou a carestia dos cômodos atira para esse logares altos, onde se gosa de uma barateza relativa e de suave viração que sopra continuamente, dulcificando a rudeza da habitação” (VALLADARES *apud* Backheuser, 1906:111).

A ampla e veloz reforma urbana empreendida por Rodrigues Alves na presidência e Pereira Passos na prefeitura, entre 1903-1906 no Rio de Janeiro tiveram como principais vertentes: modernizar o porto, abrir a Avenida Central; alargar ruas, desmontar os cortiços restantes e construir a Avenida Beira-Mar. A reforma tinha como objetivo modernizar e embelezar a cidade, limpando-a em todos os sentidos. Como consequência os pobres que ficaram sem moradia começaram a se espalhar pelos incontáveis morros cariocas. Com muita rapidez os barracos foram erguidos por todas as regiões urbanizadas da cidade, espalhando-se até Copacabana e Botafogo, bairros escolhidos pelas elites para morar entre seus iguais.

“A expansão das populações das favelas avançara no seio dos bairros de palacetes, marcando a paisagem e arruinando as ambições de afastar as vizinhanças empobrecidas. O fracasso de forjar vizinhanças homogêneas no Rio de Janeiro passava a consolidar-se no mesmo momento em que fortunas de recursos públicos eram destinadas especificamente à expulsão das habitações populares das áreas centrais da cidade. A intenção de ‘civilizar’ os convívios, e discipliná-los por meio do controle da habitação e das vizinhanças, não lograva resultados eficientes nem na capital do país” (MARINS, 2006:156).

Embora quisessem mudar a estética da cidade, os dirigentes não se preocuparam em promover reformas sociais que incluísse a massa de miseráveis existente nas grandes cidades. Restava a estes se virar como pudessem, e a ocupação dos morros foi uma das alternativas para quem não tinha dinheiro para pagar os altos preços dos aluguéis da capital da República. Outros foram habitar nos subúrbios.

Entre 1917 e 1926, houve registros de remoções em morros do centro da cidade, ao mesmo tempo que da existência de novas favelas: no Catumbi, Lagoa, Ipanema e Leblon.

Nos anos 1926 e 1927, Mattos Pimenta, um ilustre rotariano, empreendeu junto à imprensa e ao poder público a primeira grande campanha contra a favela, respaldada e financiada pelo Rotary Club do Rio de Janeiro⁷. O carro-chefe da grandiosa campanha foi a imagem da favela como a “lepra da estética”. Mattos Pimenta chegou a fazer um filme de 10 minutos intitulado *As Favelas*, que mostrava “o espetáculo dantesco que presenciei na perambulação pelas novas favelas do Rio”⁸. Segundo Valladares (2000), o filme foi exibido diversas vezes nos anos 26-27, e até o presidente da República Washington Luiz teria-o assistido. Mattos Pimenta, além de denunciar os problemas das favelas, propunha um projeto de substituir as favelas por conjuntos de prédios com contrato de abertura de crédito com garantia hipotecária. Valladares ressalta a importância desse personagem, na medida em que muitas das suas idéias foram aproveitadas nos projetos que vieram depois: Plano Agache; Código de Obras e BNH.

Somente em 1927 as favelas são incluídas pela primeira vez em um Plano Urbanístico de remodelação, expansão e embelezamento da cidade. O projeto foi preparado pelo urbanista francês Alfred Agache, a pedido do prefeito Prado Junior. Em 1930, Agache denuncia o perigo representado pela permanência das favelas e propõe a transferência de seus moradores, que, por viverem com liberdade ilimitada, representavam uma ameaça à estrutura urbana “*sob o ponto de vista da ordem social e da segurança, como sob o ponto de vista da higiene geral da cidade, sem falar da estética*” (MARINS *apud* ZYLBERBERG, 1992:33).

⁷ Associação de empresários do Rio de Janeiro.

⁸ Discurso proferido por Mattos Pimenta em almoço no Rotary Club do Rio de Janeiro em novembro de 1926, reproduzido por dois jornais da época (*Correio da Manhã e O Jornal*).

Durante o Estado Novo (1930-1945) houve uma suavização do combate às favelas, e os planos de Agache e das elites que o contrataram foram por água abaixo. As favelas continuaram então a crescer e a se expandir aos olhos complacentes das autoridades públicas.

O Código de Obras da cidade, de 1937, reconhece pela primeira vez a favela na geografia oficial, porém a classifica como uma “aberração urbana” e propõe sua completa eliminação. O projeto proíbe a criação de novas favelas, assim como construções de novos barracos além de melhorias nos já existentes. Porém, o centralismo administrativo do Estado Novo fez vista grossa ao cumprimento do código.

Em 1945, são formadas as primeiras comissões de moradores dos morros Pavão-Pavaõzinho, Cantagalo e Babilônia. Seus integrantes formularam uma pauta de direitos sociais referentes aos problemas de infra-estrutura das favelas. O objetivo era evitar as remoções para os parques proletários. Os parques proletários da Gávea, Caju e Praia do Pinto já vinham sendo construídos e moradores das favelas eram transferidos para eles desde 1941.

Com o fim do Estado Novo, algumas iniciativas foram realizadas para resolver o “problema da favela”: em 1946, foi criada a Fundação Leão XIII, pela Igreja Católica, com o objetivo de implantar os serviços de luz, água, esgoto e assistência social aos favelados (entre 1947-54 a Fundação estendeu sua atuação a 34 favelas); em 1947, a Campanha Nacional da Casa Popular; no mesmo ano, foi criada a Comissão de Extinção das Favelas, mas sua atuação foi muito tímida e somente ampliou os parques proletários.

Em 1948, foi feito o primeiro censo das favelas do Rio de Janeiro, por iniciativa da prefeitura do então Distrito Federal, publicado no ano seguinte. O documento aponta 119 núcleos e uma população em torno de 280 mil habitantes nas favelas. Zaluar e Alvito (2003) chamam a atenção para o texto que precede as tabelas estatísticas, que afirma:

“os pretos e pardos prevaleciam nas favelas por serem hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às existências sociais modernas (...) O preto, por exemplo, via de regra não soube ou não pode [sic] aproveitar a liberdade adquirida e a melhoria da condição econômica. (...) Renasceu-lhe a preguiça atávica e a estagnação que estiola, (...) como ele,

todos os indivíduos de necessidades primitivas, sem amor próprio e sem respeito à própria dignidade” (ZALUAR e ALVITO, 2003:13).

Nas eleições do ano anterior, o PCB havia recebido uma maciça votação; a “ameaça vermelha” acrescentou uma nova dimensão ao eterno “problema da favela”. Carlos Lacerda, então jornalista, publicou uma série de artigos sobre o tema e assim se posicionava:

“aqueles que não quiserem fazer um esforço profundo e sincero para atender ao problema das favelas, assim como aqueles que preferirem encará-lo como caso de polícia, têm uma alternativa diante de si: a solução revolucionária, [pois os] comunistas (...) oferecem a expropriação dos grandes edifícios e a ocupação de todo o edifício como solução imediata, redutora e fagueira a quem vive numa tampão de lata olhando o crescimento dos arranha-céus” (ZALUAR E ALVITO, 2003:14).

Após o destaque absoluto dado ao tema pela imprensa da época, a *Folha Carioca* assinalava: “*Profundo silêncio na campanha das favelas – um programa grandioso que ficou apenas do papel*” (ZALUAR E ALVITO, 2003:14).

Em 1954, moradores de diversas favelas cariocas se reúnem num barracão na subida do morro do Borel e criam a União de Trabalhadores dos Favelados (UTF), com o objetivo de discutir e reivindicar problemas de infra-estrutura e remoções.

No ano seguinte, a Arquidiocese do Rio de Janeiro cria a Cruzada São Sebastião, sob a organização de Dom Helder Câmara. O objetivo do órgão era elaborar uma pauta de direitos sociais para as favelas e exigir melhorias de infra-estrutura. A Cruzada São Sebastião, além de realizar serviços de melhoria em diversas favelas, lançou um conjunto habitacional homônimo. Pela primeira vez, os moradores de uma favela foram transferidos para habitações nas proximidades do local onde residiam. No entanto, os barracos deixados pelas famílias transferidas rapidamente eram ocupados por outras famílias.

Durante sua gestão, Carlos Lacerda (1960-1965) adotou uma postura ambígua; a política de remoção é colocada em prática junto à tímida urbanização de algumas favelas. Iniciou-se a construção de conjuntos habitacionais (Cidade de Deus, Vila Aliança, Vila Esperança, Vila Kennedy) com financiamento norte-americano nos bairros periféricos da cidade e foram transferidos os moradores de 12 favelas para os conjuntos. Nos dois primeiros anos do governo, enquanto José Artur Rios foi diretor dos serviços sociais da Guanabara, houve uma significativa melhora na relação com

as favelas. Janice Perlman (1977), em seu clássico estudo sobre as favelas cariocas, afirma que foi a primeira vez que houve um “*período de diálogo aberto entre os favelados e o governo*” (PERLMAN, 1977:241). No ano de 1961 foram criadas 71 novas associações de moradores. Entretanto, Rios foi demitido por Lacerda em 1962, e a política de remoções é levada ao extremo, com violência e arbitrariedade⁹. Essa política foi retomada e consolidada durante o regime militar.

Em 1963, com o apoio de 100 associações registradas em cartório, é fundada a Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG). Os moradores, através de suas lideranças continuaram avançando em sua estrutura organizativa.

Durante a ditadura militar, o estereótipo da favela como lugar da desordem volta à cena, aliado aos interesses imobiliários e ao combate ao comunismo. A política de erradicação das favelas é retomada e o governo federal começou a intervir dentro das associações de moradores através das juntas governativas nomeadas pelo Estado, esvaziando as organizações que vinham se fortalecendo desde do início dos anos 50. O sumiço de algumas lideranças comunitárias e o terror muitas vezes imposto pelo Estado fez com que muitas associações fossem coagidas a trabalhar a favor das remoções. Marcelo Burgos (2003), em seu artigo sobre as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro, afirma que

“não foi por falta de vontade política que o problema favela não foi resolvido: o que o exame dessas intervenções públicas em favela autoriza a concluir é que o obstáculo central à sua solução foi a interrupção, pelo regime militar, da luta democratizante que vinha sendo desenvolvida por organizações de favelas entre os anos 50 e início dos 60” (BURGOS, 2003:25).

Com os recursos do recém-criado Banco Nacional da Habitação (BNH) e da administração pela Companhia de Habitação Popular (COHAB) construíam-se diversos conjuntos habitacionais, e as remoções continuaram. Devido à enorme falta de coordenação entre a COHAB dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1968 criou-se a Coordenação de Habitação e Interesse Social na área Metropolitana do Rio de Janeiro (CHISAM), com o objetivo de exterminar todas as favelas cariocas,

⁹ Algumas favelas foram incendiadas.

prometendo que, em 1976, não haveria mais ninguém vivendo em favelas no Rio de Janeiro. Até o final de 1973, a CHISAM acabara com 62 favelas, total ou parcialmente, e transferido 35.157 famílias para conjuntos habitacionais.

Porém, depois de algum tempo morando nos conjuntos habitacionais, os moradores começaram a abandonar suas casas e a voltar para as favelas. Os autores que estudam essa temática afirmam que as principais razões do fracasso da estratégia foram: os custos sociais das remoções, tais como: o aumento dos custos de transporte, a falta de trabalho nas proximidades dos conjuntos, a falta de serviços públicos e, conseqüentemente, a queda de renda familiar e a completa inadequação do programa para seus beneficiários, uma população de baixa renda e instável que dificilmente teria capacidade para arcar com prestações mensais.

Apesar da forte política de remoções durante o regime militar, as favelas não deixaram de crescer e, em 1970, 13,3% da população do Rio de Janeiro vivia em favelas.

Em 1982, quando Leonel Brizola foi eleito pelos “super-revoltados”, segundo Alba Zaluar, desenvolveu uma agenda social destinada às favelas cariocas. Através do Programa de Favelas da Cedae, intitulado Proface, são implantados sistemas de água e esgoto para cerca de 60 favelas. *“Em sua definição oficial, esse programa pretende: dar prioridade às áreas faveladas, sem clientelismo, buscando transformar essas comunidades em bairros dignos do povo trabalhador”* (BURGOS apud Proface, 1984). Outro aspecto importante da política de Brizola para as favelas foi a política de direitos humanos, definindo uma nova conduta das polícias civil e militar para com os favelados.

Entretanto, a década de 1980 marca a rápida ascensão do tráfico de drogas nas favelas. Segundo Zaluar e Alvito (2003:15):

“com a chegada do tráfico de cocaína em toda a cidade, a favela – onde as quadrilhas se armaram para vender no mesmo comércio que movimentou o resto da cidade e do país – passou a ser representada como um covil de bandidos, zona franca do crime, hábitat natural das ‘classes perigosas’”.

Em 1993, criou-se um programa habitacional específico para as favelas, o Favela-Bairro, que teria por objetivo *“construir ou complementar a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acessos) e oferecer as condições*

ambientais de leitura da favela como bairro da cidade.”
 (www.favelamemoria.com.br)¹⁰

O Plano Diretor elaborado dentro do programa define favela como:

“área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infra-estrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de formas e tamanhos irregulares e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais” (BURGOS *apud* Plano Diretor, 1992:20).

Embora desde a década de 1980 a favela começasse a ser pensada e representada de outra maneira pelos governos, é a primeira vez que um documento oficial descreve a favela sem juízo de valor, sem adjetivá-la ou estereotipá-la, como podemos confirmar ao longo de sua história. Segundo Burgos (2003:48), “*assim, despida de preconceitos, tal representação da favela mostra-se compatível com sua efetiva integração à vida social e política da cidade*”.

Chegamos ao ano 2000 sem ter conseguido resolver o “problema da favela”. Sem dúvida é possível afirmar que houve muitas melhorias, principalmente de infraestrutura, porém, devido à falta de uma solução definitiva para o problema habitacional do país, elas continuam a crescer ininterruptamente até os dias de hoje. O censo 2000 (IBGE) revela que existem no município do Rio de Janeiro 513 favelas e 811 no Estado. Num estudo de 2004, o IBGE anuncia a existência de 1.269 favelas no Estado do Rio de Janeiro, sendo 681 na capital.

O sociólogo Luiz César de Queiroz Ribeiro (2002) explica o contínuo aumento das favelas existentes e do surgimento de novas como um reflexo da falta de uma política de habitação adequada. Afirma: “*o governo tem que oferecer casas em lugares onde o acesso ao emprego seja fácil. As casas não precisam ser perto do mercado de trabalho, mas o morador precisa ter um sistema de transporte razoável. Fazer um conjunto como o Nova Sepetiba, por exemplo, é pura demagogia*”¹¹.

Como foi possível compreender nesta breve reconstrução da história das favelas, nas diferentes épocas, elas foram sempre representadas como o mundo da desordem, com nomes pejorativos, como uma chaga social da cidade. Embora

¹⁰ Acessado em 19/12/2006.

¹¹ Luiz César de Queiroz Ribeiro, professor do Ippur da UFRJ. In *O Globo*. Cem favelas em quatro anos. Selma Schimidt. 19 de maio de 2002.

algumas posições tenham mudado, vemos ainda hoje o olhar preconceituoso e receoso com que a maioria da população vê a favela e seus moradores.

“A despeito de diferentes roupagens, sempre de acordo com um contexto histórico específico, o favelado foi um fantasma, um outro construído de acordo com o tipo de identidade de cidadão urbano que estava sendo elaborada, presidida pelo higienismo, pelo desenvolvimentismo ou, mais recentemente, pelas relações auto-reguláveis do mercado pela globalização” (ZALUAR e ALVITO, 2003:15).

Passemos agora à história específica do Vidigal, desde suas primeiras ocupações até os dias de hoje.

3.2 Vidigal: aproximação histórica



Figura 1 – Vista do Morro Dois Irmãos, a partir de satélite. (Fonte: *Google Earth*)

Como pode ser observado na foto¹² situada de frente para o mar nas encostas do Morro Dois Irmãos, que separa os bairros Leblon e São Conrado, na Zona Sul do Rio de Janeiro, está localizada a favela do Vidigal. Devido à sua privilegiadíssima localização, numa das áreas mais nobres da cidade, sua história está marcada por tentativas de remoção e resistência.

Depois de muito procurar em diversas fontes relacionadas às favelas a origem do nome Vidigal sem obter êxito, encontramos uma explicação num *site*¹³ ligado à organização não-governamental Viva Rio que se dedica a resgatar a memória das favelas do Rio de Janeiro.

Durante o Primeiro Império (1822-1831), havia um major de milícias e cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro chamado Miguel Nunes Vidigal, considerado um dos homens mais influentes do século XIX. Devido a seu prestígio, recebeu muitos presentes ao longo da vida. Um deles teria sido uma grande extensão de terra aos pés do Morro Dois Irmãos, onde hoje se localiza a favela. O presente teria sido dado por monges beneditinos por volta de 1820. Essa seria a origem do nome Vidigal que primeiramente batizou a praia e depois a favela.

O terreno foi comprado em 1886 pelo engenheiro João Dantas, que tinha o sonho de construir ali o ponto de partida de uma linha de ferro em direção ao litoral sul fluminense. João Dantas teria gasto todo seu patrimônio no projeto que acabou não se realizando. Essa obra teria servido como base para a construção da atual Avenida Niemeyer, avenida à beira-mar que liga os bairros de Leblon e São Conrado.

A ocupação do morro começou em 1941. Os primeiros barracos foram construídos abaixo da Avenida Niemeyer até a praia do Vidigal, onde hoje se localiza o Hotel Sheraton, um dos hotéis cinco estrelas mais luxuosos da cidade. No ano seguinte, a Avenida Niemeyer foi estendida e iniciaram-se as ocupações na parte superior da via, no início da antiga Estrada do Tambá e atual Avenida João Goulart, que corta todo o Vidigal, se inicia na Avenida Niemeyer e sobe até o ponto mais alto da favela.

¹² Foto original retirada do programa Google Earth, manipulada por André Dahmer.

¹³ www.favelamemoria.com.br, acessado em 19/12/2006.

No início da década de 1950, os primeiros moradores que haviam se instalado na parte baixa foram removidos para a parte situada acima da Avenida Niemeyer.

Em 1958, a comunidade foi ameaçada de despejo pela primeira vez, por parte da Empresa Melhoramentos do Brasil. Formou-se uma comissão de moradores que conseguiu impedir o despejo.

Nas décadas de 50 e 60, junto à urbanização dos bairros do Leblon e Ipanema, aconteceu a explosão demográfica do local.

No início de 1967, o proprietário de um dos terrenos no qual a favela estava instalada entrou na justiça com uma ação de reintegração de posse. Os moradores são proibidos de fazer melhorias em suas moradias, além da proibição de construção de novas casas. Nesse mesmo ano, foi criada a Associação de Moradores do Vidigal. Sua primeira conquista foi a permissão da Região Administrativa para consertar os barracos. Porém, em contrapartida, a própria associação deveria fiscalizar para que novos barracos não fossem construídos. Por essa razão e também pelo pouco apoio da comunidade, a associação teve sua atuação esvaziada.

Não podemos esquecer que nessa época o Brasil vivia uma ditadura militar. Muitos presidentes de associações foram presos ou desapareceram na medida em que se recusavam a apoiar as remoções e entravam em enfrentamento com o Estado ditatorial.

Em 1968 foi iniciada a construção do Hotel Sheraton. A companhia que administrava o hotel ainda tentou privatizar a pequena praia, situada embaixo do local onde está o hotel, mas os moradores ganharam na justiça o direito de frequentá-la.

Após alguns anos de tranquilidade, no final dos anos 1970, o risco voltou a rondar a comunidade, quando parte do terreno foi vendido à empresa *Rio Towers* para a construção de outro hotel de luxo na área.

Em dezembro de 1977, os moradores foram surpreendidos por equipes da prefeitura enviadas a fim de derrubar os primeiros barracos e levar as famílias para Antares, um dos conjuntos habitacionais financiado pelo BNH durante a ditadura militar. A associação de moradores agiu energicamente junto ao advogado Aloísio Teixeira e conseguiu uma ordem judicial que adiou as remoções. Esse adiamento

serviu para que os moradores fossem procurar e conseguissem apoio da Pastoral de Favelas da Igreja Católica.

O Colégio Stella Maris entra em cena nesse momento, cedendo espaço físico para as reuniões e oferecendo assistência financeira para os custos do processo. Maria Christina Sá, assessora do cardeal Dom Eugenio Salles na época, que também se pronunciou contrário a remoção, afirma: “O Colégio Stella Maris teve participação importantíssima. Lá foram feitas todas as reuniões, abrigadas as pessoas necessitadas, recolhido os donativos – era realmente um ambiente de verdadeira fraternidade.” (Estudo das Características Socioeconômicas e as Aspirações dos Moradores da Comunidade do Vidigal, 1999:16)

O argumento utilizado pela prefeitura para as remoções seria o alto risco de desabamentos no local; os moradores, entretanto, descobriram o projeto de construção de um hotel. Quando o projeto veio a público, foi um escândalo. Os moradores ganharam apoio político e popular contra as remoções. Advogados, jornalistas, diversos grupos ligados à Igreja, artistas e cantores apoiaram os moradores.

O cantor Sérgio Ricardo, que na época morava na favela, participou da resistência, e Ney Matogrosso fez um show beneficente no pátio do Stella Maris para ajudar a associação.

A advogada Elyana Athayde, que fez parte da equipe formada pelos juristas Sobral Pinto e Bento Rubião, ambos advogados da Pastoral de Favelas, relata: *“lembro como se fosse hoje quando Armando [de Almeida Lima, presidente da associação de moradores na época] nos procurou para pedir ajuda. Os moradores já haviam tentado tudo, até colocar crianças na rua para evitar a destruição dos barracos”* (Monteiro, 2002). Após a reunião dos dirigentes da associação de moradores com os advogados da Pastoral de Favelas, os moradores garantiram assistência jurídica e a proteção judicial para manter suas casas.

“Quando o Bento Rubião entrou no caso ele conseguiu logo de cara uma ação que suspendia as próximas tentativas de remoção. E foi assim durante meses. Eles vinham para derrubar e a gente já tinha uma medida cautelar preparada. Era só mostrar os papéis que ninguém podia fazer nada,”

narra Elyana (Monteiro, 2002). Conseguiu-se assim, sustar as remoções contrariando o prefeito Marcos Tamoio e o governador Faria Lima, que eram favoráveis a elas. Alguns moradores que não quiseram entrar com a ação contra a remoção foram removidos para Antares.

Trechos da matéria publicada no *Jornal do Brasil* em 12/01/1978 evidenciam o vivido: “*ao todo estava prevista a remoção de 17 famílias, mas 14 não puderam ser transferidas por se encontrarem sob proteção judicial. (...) Os moradores do Vidigal não querem ir para Antares porque o conjunto fica muito longe de seus locais de trabalho.*”

Em meados de 1978 foi aprovado o decreto de desapropriação para fins sociais, assinado pelo recém-empossado governador Chagas Freitas, colocando um fim à disputa e afastando o perigo de novas tentativas de remoção.

Dois anos depois, o Papa João Paulo II faz uma histórica visita ao Vidigal, “*onde faz um sermão enfatizando o compromisso da Igreja com os pobres e chamando atenção dos ricos para as desigualdades sociais*” (Cavalcanti, 2003:21), tão visíveis no Rio de Janeiro, onde pobres e ricos dividem o mesmo espaço geográfico. Devido à visita papal, o Vidigal recebeu algumas obras de melhorias.

Como já foi dito anteriormente, durante a década de 80 as favelas do Rio de Janeiro conheceram um outro problema: a invasão do tráfico de drogas. No Vidigal não foi diferente. A facção criminosa Comando Vermelho se instalou na favela, impondo sua ordem. Os moradores passaram a viver um período sinistro, que perdura até hoje, ficando no violento fogo cruzado entre traficantes e policiais.

O censo do IBGE (2000) revela que o Vidigal tem uma população de 9.349 pessoas. Segundo o sociólogo Luiz César de Queiroz Ribeiro (2002), com base nos dados do IBGE, na última década a população do Vidigal cresceu 9%, passando de 8.580 para os valores atuais.

Essa população está dividida em 3.235 domicílios, dos quais 79% são imóveis próprios, índice alto comparado aos dados da cidade como um todo (73,8%). Segundo Paulo Bastos Césaz¹⁴, comparando o Vidigal com outras favelas da cidade,

¹⁴Diretor de Informações de Instituto Pereira Passos (IPP). In *O Globo*. Cem favelas em quatro anos. Selma Schimidt. 19 de maio de 2002.

ela se encontra numa situação melhor, pois conta com infra-estrutura semelhante à da cidade. No quesito abastecimento de água, são 97,8% de habitações que contam com água encanada, a rede de esgoto atinge 94,8% dos domicílios e a coleta de lixo atende 100% do Vidigal. Números em geral muito próximos aos índices da cidade como um todo.

A favela conta com os seguintes prédios institucionais de órgãos públicos: um posto de saúde; uma escola municipal – Djalma Maranhão; uma escola estadual – Almirante Tamandaré; uma creche comunitária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; e um CEMASI – Centro Municipal de Atendimento Social Integrado.

Do ponto de vista econômico, o rendimento médio mensal da população do Vidigal é de R\$ 662,09 reais (censo 2000). Salta aos olhos a discrepância e a diferença entre os rendimentos dos moradores Vidigal e dos seus dois bairros vizinhos, como a Tabela 1 confirma.

Tabela 1: Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, segundo os bairros.¹⁵

Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros	Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes total	Pessoas com rendimento responsáveis pelos domicílios particulares permanentes	Valor do rendimento total mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes (R\$)	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes (R\$)
Lagoa	63 686	61 199	265 314 677	4 335,28
Gávea	6 148	5 939	23 548 977	3 965,14
Ipanema	18 483	17 839	77 985 955	4 371,66
Jardim Botânico	6 715	6 468	25 701 281	3 973,61
Lagoa	6 787	6 587	36 675 520	5 567,86
Leblon	17 916	17 386	80 571 468	4 634,27
São Conrado	3 461	3 363	18 436 683	5 482,21
Vidigal	4 176	3 617	2 394 793	662,09

¹⁵ Dado retirado da Tabela 342: Valor do rendimento nominal médio mensal, valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, segundo as áreas de planejamento, regiões administrativas e bairros 2000 In <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>, acessado em 15/01/2007.

Do ponto de vista educacional, o índice de alfabetização entre os moradores do Vidigal é de 91,5%.¹⁶ Porém, os índices que indicam a taxa de alfabetizados funcionais, através do número de anos de estudo é alarmante, como podemos constatar na Tabela 2.

Tabela 2: Média de anos de estudo das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes, segundo os bairros.¹⁷

Bairros	Percentual de crianças de 10 a 14 anos com menos de 4 anos de estudo	Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com menos de 4 anos de estudo	Percentual de jovens de 18 a 24 anos com menos de 4 anos de estudo	Percentual de pessoas de 15 anos e mais com menos de 4 anos de estudo	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo
Lagoa	31,57	2,53	2,46	3,15	3,30
Ipanema	30,14	6,39	4,46	5,47	5,58
Leblon	30,13	5,60	3,36	4,82	5,03
Lagoa	31,57	2,53	2,46	3,15	3,30
Jardim Botânico	37,81	3,12	3,65	5,37	5,77
Gávea	25,68	0,00	2,92	5,05	5,76
Vidigal, São Conrado	45,99	7,21	8,53	16,36	19,16

Um dado significativo é que praticamente metade de crianças de 10 a 14 anos tem menos de 4 anos de estudo. Em relação à escolaridade, os moradores do Vidigal ficam muito aquém dos bairros vizinhos, com uma média de 5,91 anos de estudo por responsável pela residência. E os responsáveis homens possuem um pouco mais de escolaridade do que as mulheres responsáveis pelos domicílios, como pode ser vista na tabela 3¹⁸.

¹⁶ Esse dado foi fornecido pelo IPP, e consideram moradores acima dos 10 anos que sabem escrever.

¹⁷ Tabela 536 - Indicadores de Educação - Analfabetismo funcional. Percentual de analfabetos funcionais por faixas etárias, por bairros ou grupos de bairros – 2000, retirado de <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>, acessado em 15/01/2007.

¹⁸ Tabela 488 - Média de anos de estudo das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, por sexo, segundo áreas de planejamento, regiões administrativas e bairros – 2000. Idem. Ibidem.

Tabela 3: Distribuição da Média de Anos de Estudos por bairros da Zona Sul, do Rio de Janeiro.

Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros	Média de anos de estudo		
	Total	Homens	Mulheres
VI Lagoa	12,31	12,54	11,94
Ipanema	12,54	12,80	12,18
Leblon	12,67	13,03	12,14
Lagoa	13,89	13,90	13,87
Jardim Botânico	12,73	13,07	12,20
Gávea	12,61	12,75	12,39
Vidigal	5,91	6,07	5,60
São Conrado	12,39	12,68	11,63

O conjunto de dados aqui expostos abre um panorama para buscarmos compreender melhor o contexto e o local em que a escola está inserida e quem é esse novo público da escola.

A seguir, uma foto de satélite que mostra a escola, marcada com uma linha em laranja, e o início do Vidigal.



Figura 2: Vista do Colégio SM e parte do Vidigal, a partir de satélite. (Fonte: Google Earth)

Figura 3: Vista do Vidigal de dentro do estacionamento da escola.

